

Docência na Educação Superior: interlocuções com a pós-graduação stricto-sensu.

Débora Costa Nunes Lopes

Rafaella Buso Santos

O presente texto faz parte de pesquisa em desenvolvimento, sob a ótica da iniciação científica, que tem como problemática central compreender quais as contribuições do Estágio Docência para a formação do pós-graduando com relação à dimensão didático-pedagógica. A formação para o exercício da docência no ensino superior articula-se ao debate presente no campo da investigação em educação que envolve os sujeitos, seus saberes e práticas, os processos formativos, articulados às questões referentes ao desenvolvimento profissional dos professores, bem como os espaços de formação, sendo a pós-graduação um dos espaços formativos mais importantes para a docência universitária.

Diante deste cenário delimitamos como objeto de investigação o Estágio Docência, que a partir de 1999 foi inserido de forma obrigatória pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), para os alunos bolsistas dos cursos de pós-graduação stricto-sensu.

Pretende-se avaliar a configuração do Estágio Docência nos Programas de Pós Graduação (PPG) de uma Instituição de Ensino Superior (IES) a partir do mapeamento da organização dos componentes curriculares que atendem a essa formação, como distribuição da carga horária, atividades desenvolvidas, orientações, bem como destacar e analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos pós-graduandos ao desenvolverem esse estágio.

Os objetivos empreendidos estão relacionados em identificar os saberes mobilizados pelos pós-graduandos que vivenciam o estágio e contribuir com elementos teórico-práticos para a discussão da formação na pós-graduação stricto-sensu no país, especificamente, na IES em questão.

A pesquisa é de caráter qualitativo, envolvendo sujeitos, suas percepções durante o estágio e a formação que ocorre. A investigação tem sido desenvolvida em etapas que se complementam, a saber: revisão bibliográfica; objetivos e fundamentos teóricos-metodológicos do estudo; aproximação com os sujeitos de pesquisa; elaboração e testes dos instrumentos (questionários) e análise dos documentos que explicitam a política de Estágio Docência. Serão envolvidos 30% do total dos alunos bolsistas da CAPES de

cada PPG, que, após contempladas todos os procedimentos éticos, responderão questões a respeito da configuração da disciplina, de seus objetivos, bem como contribuições e obstáculos encontrados. Serão observadas aulas nas áreas de Ciências Humanas, Biomédicas e Exatas a partir de dimensões distintas, sendo elas: formulação dos objetivos; seleção e tratamento dos conteúdos; integração dos conteúdos; métodos e procedimentos de trabalho; utilização dos meios de ensino; formas de organização da docência e avaliação da aprendizagem. A análise e discussão dos dados serão apresentadas na forma de relatório final.

Os resultados iniciais dos estudos bibliográficos revelam que há no cenário educacional a ausência de políticas públicas para a formação de professores para atuar no magistério superior. O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9.394/96 no Art. 52 apresenta a universidade como lócus da produção e disseminação do conhecimento, e em seus incisos versa sobre a titulação necessária aos docentes que irão atuar nesse nível de ensino, e também sobre o regime de trabalho. No entanto, ela se mostra frágil por não indicar diretrizes para a formação desses profissionais no exercício da docência.

Soares e Cunha (2010) chamam a atenção para o fato de que a universidade é, sobretudo, uma instituição social que visa atender a fins determinados. Ressaltam que aspectos inerentes a lógica do capital, tem ditado a forma de organização dessa instituição. Situação que é referendada pela valorização de um "saber erudito", tendo como base uma noção positivista de ciência, onde a área de humanas não tem relevância. Asseveram ainda, que diante do acelerado desenvolvimento tecnológico, os discentes estão imersos em uma infinidade de informações, cabendo ao professor atuar como mediador, e viabilizar uma formação crítica e reflexiva. Para isso a contemporaneidade exige um professor diferente do "tradicional", pois o docente portador e transmissor do conhecimento, não atende aos anseios da sociedade.

Essas autoras apontam vários aspectos da docência como ofício complexo, destacando-se a necessidade de articular saberes distintos, a interatividade entre professor e aluno, a singularidade do ensino voltado para adultos, e a relação em um espaço marcado pela multiplicidade de conhecimentos, valores e atitudes, e diferenças culturais.

Os cursos de pós-graduação stricto-sensu, de acordo com Soares e Cunha (2010), têm como intenção primeira a formação de pesquisadores, embora a maior parte dos egressos desses cursos destine-se a atuação em sala de aula. Os sujeitos envolvidos

na pesquisa afirmam que as principais contribuições do PPG são: a pesquisa, a publicação e o aprofundamento teórico delas decorrente, o que implicaria na melhoria das aulas ministradas. Sobre a dimensão didático-pedagógica apresentaram apenas "formulações genéricas", e não houve formulações acerca da ética profissional. Deixando clara a falta de experiência na formação desse profissional.

Neste momento da pesquisa acredita-se, que o plano de trabalho permitirá aprofundar os estudos sobre a pedagogia universitária; compreender os fatores externos que impactam na formulação dos programas, tais como os aspectos sociais e os decorrentes das avaliações sistêmicas. Além disso, temos como pretensão contribuir para a discussão sobre a relevância e especificidade da docência universitária e assim oferecer elementos para a construção de propostas que contribuam com a educação superior, tendo como premissa a formação docente em sua totalidade.

Referências

SOARES, S.R., CUNHA, M. I. *Formação do professor: a docência universitária em busca de legitimidade* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010. 134 p. ISBN 978-85-232-0677-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. - 8. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 45 p. - (Série legislação; n. 102)